



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**PROJETO DE LEI Nº 055/2023,**  
**Câmara Municipal de**  
**Santa Leopoldina**

**APROVADO**

em 06 12 2023

  
PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL

Concede abono aos servidores da Câmara  
Municipal de Santa Leopoldina/ES.

**O PREFEITO MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA, ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO.**

**Faço saber que a CÂMARA MUNICIPAL aprovou e eu sanciono a presente lei:**

Art. 1º Fica concedido abono pecuniário aos Servidores do Legislativo Municipal, em atividade, quer sejam efetivos ou comissionados, no valor de R\$ 1.000,00 (um mil reais), a ser pago em parcela única no mês de dezembro do corrente ano.

Art. 2º O abono a que se refere o art. 1º desta Lei, não incorpora, nem integra os vencimentos, salários e proventos, em nenhuma hipótese e para quaisquer efeitos e sobre ele não incidirão quaisquer vantagens.

Art. 3º As despesas decorrentes desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias da Câmara Municipal.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Plenário da Câmara Municipal, 29 de novembro de 2023.



**CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA LEOPOLDINA**  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

**MESA DIRETORA**

  
**NELSON LICHTENHELD**

**Presidente - PTB**

  
**SERGIO ANGELI LAGO**

**Vice-Presidente - PDT**

  
**JEFFERSON RODRIGUES**

**Secretário - PDT**

  
**LUZINETE DEGASPERILLEPPAUS**

**Tesoureira - PTB**

**JUSTIFICATIVA:**

O presente Projeto de Lei trata de concessão de abono pecuniário aos servidores ativos da Câmara Municipal de Santa Leopoldina, como forma de valorização pelo reconhecimento por parte desta Casa de Leis, pela dedicação e compromisso íntegro que sempre tiveram para com a probidade da coisa pública e no atendimento da população Leopoldinense.

Vale destacar que o abono é uma constante em Casas Legislativas e Poderes Executivos dos entes Federados deste País, ressaltando que o Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, através do Parecer Consulta TC-001/2012 firmou entendimento no sentido de ser possível a concessão de abono pecuniário aos servidores do Poder Legislativo Municipal.